

# Superior Tribunal de Justiça

## AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 26.677 - RO (2015/0211273-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : ESTADO DE RONDÔNIA  
PROCURADOR : JURACI JORGE DA SILVA E OUTRO(S) - RO000528  
AGRAVADO : JOSE GERALDO DOS SANTOS  
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
INTERES. : TURMA RECURSAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DECISÃO RECONSIDERADA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CONDENAÇÃO DO ESTADO. SÚMULA 421/STJ. RECLAMAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA A QUE SE DÁ PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pelo ESTADO DE RONDÔNIA contra decisão monocrática de minha lavra, proferida com a seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. I) A RECLAMAÇÃO PREVISTA NO ART. 105, I, f DA CF/1988 NÃO SE DESTINA À PRESERVAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, NEM SERVE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL, MAS SIM VISA A TORNAR EFETIVAS AS DECISÕES TOMADAS NO PRÓPRIO CASO CONCRETO. II) DECISÃO IMPUGNADA ORIUNDA DE TURMA RECURSAL. RESOLUÇÃO 12/2009 DESTE STJ. NÃO APLICAÇÃO. TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 14, § 2º. DA LEI 10.259/2002. RECLAMAÇÃO INDEFERIDA DE PLANO.*

2. Alega o agravante que a hipótese dos autos não se enquadra no contexto explicitado na decisão agravada, porquanto se está a recorrer de decisão proferida por Turma Recursal Estadual, não Federal.

3. É o relatório.

4. Tendo em vista a ponderável argumentação jurídica vertida nas razões do Agravo Interno apresentado, hei por bem reconsiderar a decisão agravada.

5. Trata-se de reclamação formulada pelo ESTADO DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

RONDÔNIA contra acórdão proferido por Turma Recursal em Recurso Inominado ajuizado perante o Tribunal de Justiça daquele Ente Federativo, que teria contrariado o enunciado da súmula 421 desta Corte Superior de Justiça.

6. Com efeito, constata-se que o Tribunal de origem julgou em dissonância com a jurisprudência do STJ.

7. A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do 1.199.715/RJ, da Relatoria do Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, processado sob o rito do art. 543-C do CPC/73, sedimentou o entendimento de que não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando esta atua contra pessoa jurídica de direito público à qual pertença ou contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública. A propósito:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA. RIOPREVIDÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PAGAMENTO EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. NÃO CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

1. *Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença (Súmula 421/STJ).*

2. *Também não são devidos honorários advocatícios à Defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público que integra a mesma Fazenda Pública.*

3. *Recurso especial conhecido e provido, para excluir da condenação imposta ao recorrente o pagamento de honorários advocatícios (REsp. 1.199.715/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, CE, DJe 12.4.2011).*

8. No caso dos autos, a Defensoria Pública atua contra a mesma pessoa jurídica de Direito Público, não sendo devido os honorários advocatícios.

9. Ante o exposto, dá-se provimento ao pedido

# *Superior Tribunal de Justiça*

formulado na presente Reclamação de ESTADO DE RONDÔNIA, em observância ao disposto na Súmula 421/STJ.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

